



A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CONTEMPORANEIDADE

Autor (1) Antonia Moraes Leite Costa; Co-autor (1) Lilian Soares Silva; Co-autor (2) Sandra Andrade dos Santos de Oliveira; Co-autor (3) Silvana Elizabete de Andrade.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. Email: patu@uern.br

RESUMO

A educação infantil a partir dos anos de 1996 tem avançado de forma significativa, com o advento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 21 de dezembro de 1996, a qual traz um novo capítulo para as políticas de educação infantil, regulamentada – como a primeira etapa da educação básica. Nesse sentido surge um novo paradigma nas práticas educativas no contexto das instituições de educação infantil. . Frente a esse novo contexto a pesquisa aborda sobre a formação do professor de educação infantil na contemporaneidade. Trata-se de uma investigação qualitativa, para a coleta de dados foi necessário um estudo teórico e empírico. Tomamos para a revisão de literatura os pesquisadores renomados da área entre eles : Farias e Salles (2012), Oliveira (2012), Tardif (2002) e as bases legais para formação dos professores. O relatório do estudo apontou as exigências legais para formação do professor de educação infantil no contexto atual, mostrando que avançou de forma legal, mas deixou lacunas no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas no âmbito de sua atuação docente.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Formação do Professor, Práticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a educação infantil foi vista de diferentes formas. A definição de infância vem se transformando concomitantemente aos novos modelos da evolução humana. As percepções que temos de criança como criança, refletem em novas ações que precisam ser tomadas para o atendimento educacional nessa fase tão fértil de seu desenvolvimento. Nesse sentido para esse atendimento devem ser pensadas questões não somente com a relação à infância, mas também questões estruturais e políticas para a concretização de melhoria e qualidade na educação no âmbito das instituições de educação infantil.

A educação infantil brasileira ao compor a primeira etapa da educação básica, constitui um novo campo de ações políticas, práticas em construção, buscando demarcar-se de um contexto histórico antidemocrático. De forma constitucional, passou a integrar ao sistema de ensino desde os anos de 1996, em duas fases: creche para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade e pré-escolas destinadas às crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade.

Diante desse cenário, aconteceram duas mudanças relevantes nessa etapa da educação básica: a idade prevista para o término da pré-escola, alterada no ano de 2006, passou de 6



para 5 anos, antecipando a entrada da criança no ensino fundamental. A outra foi introduzida pela emenda Constitucional 59 de 2009, que determinou a obrigatoriedade de matrícula/frequência na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos, determinação que deveria ser implementada até 2016 (Rosemberg, 2010).

Frente a esse novo contexto a pesquisa aborda sobre a formação do professor de educação infantil na contemporaneidade, em instituição de educação infantil no semiárido norte Riograndense, tendo em vista que a sua formação, foi regulamentada nos marcos constitucionais da educação brasileira, com foco na criança como sujeito de direito. Diante da legalidade, o professor precisa de uma qualificação profissional que atenda as necessidades de aprendizagem na infância, enfatizando o que determina os documentos oficiais concernentes uma proposta pedagógica integrada na função de educar e cuidar.

Trata-se de uma investigação qualitativa, para a coleta de dados foi necessário um estudo teórico empírico, Tomamos para a revisão de literatura os pesquisadores renomados da área entre eles : Farias e Salles 2012), Oliveira (2012), Tardif (2002) e as bases legais para formação dos professores: Constituição federal, Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, Diretrizes Curriculares para educação infantil etc. O relatório do estudo apontou as exigências legais para formação do professor de educação infantil no contexto atual, mostrando que avançou de forma legal, mas deixou lacunas no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas no âmbito de sua atuação docente.

2 As Exigências Legais para Atuação do Professor de Educação Infantil

Para compreendermos a formação do professor de educação infantil, é fundamental recorreremos às exigências legais do atual contexto político da educação concernente a sua formação, que perdurou por muitas décadas, sem nenhuma exigência legal para a atribuição dos profissionais da educação. Qualquer pessoa que soubesse ler e escrever estava apta a assumir esse papel. Com o novo ordenamento constitucional, pós 1988, estabeleceram os critérios legais para a atuação docente, tanto nos níveis da educação básica, como nos níveis de educação superior. A Constituição Federal preceituou quem são e quais os fundamentos dos profissionais da educação e a LDB reafirmou, em seu artigo 61 (Artigo com redação alterada pela Lei nº 12.014, de 6-8-2009):

Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na



educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim; *Parágrafo único.* A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades (BRASIL, 1996, p. 35:36)

A inserção de creches e pré-escolas na educação tem consolidado também a profissionalização do educador infantil. Após a LDB, o papel do docente, nesta etapa de ensino, antes exercida por qualquer profissional, pós LDB (1996) passou a ser de responsabilidade de um profissional da educação com formação de nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério, docentes portadores de diploma em nível médio, na modalidade Normal. “Ser professor da primeira etapa da educação básica é pertencer a uma categoria profissional definida, sindicalizada, portanto, com espaço legítimo de reivindicação” (NUNES, CORSINO e DIDONET, 2011, p.67).

O atual PNE (2014/2024) estabelece metas para a formação dos profissionais da educação básica, que merece atenção, quanto à formação específica na área de atuação. Com isso beneficia a formação do professor de educação infantil, pois sem dúvida é uma área com suas especificidades, que precisa de uma formação direcionada para a infância, desde que deixou de serem espaços não domésticos, constituindo em instituições públicas e privadas que cuidam e educam, precisam de um novo olhar sobre sua formação para exercer tão delicada função. Nesse sentido a metas do PNE traz como garantia:

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. [...] Meta 16: Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação (BRASIL/PNE, 2014).

Percebemos que as metas do PNE, ampliam a dimensão educativa da formação do



professor, norteador dos sistemas e as instituições de educação infantil, no processo de melhoria dos seus profissionais, e conseqüentemente a educação infantil nos sistemas de ensino. Já existem movimentos das secretarias municipais de educação para produzir instrumentos profícuos para creches e escolas na elaboração dos seus projetos político-pedagógicos. Destarte, essas questões técnicas evidenciam os limites e as possibilidades das instâncias locais neste processo, seja pela qualificação da equipe técnica das secretarias, ou pelas possíveis parcerias com especialistas e universidades, ou mais precisamente pelas formas de participação docente na elaboração das propostas pedagógicas de suas instituições, que ainda não se democratizaram plenamente.

Sabemos da importância da formação dos professores, pois “estes continuam sendo os principais agentes da formação dos alunos e, portanto a qualidade dos resultados de aprendizagem é inseparável da sua qualificação e competência profissional.” (Libâneo, 2000, p. 59). Nesse sentido, a finalidade da formação profissional, além da preparação técnica envolve ainda os processos de desenvolvimento científico e tecnológico no contexto social, político e econômico que provocam as mudanças e inovações nos processos produtivos e, conseqüentemente no mundo do trabalho.

Na compreensão que para exercer o papel de professor de educação infantil, é fundamental uma formação específica inicial e continuada destinada para mediar às práticas didáticas pedagógicas nas Instituições de educação Infantil - IEI. Nos debates, congressos, seminários etc., em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de Educação Infantil incorporem de maneira integrada em suas PPs (Propostas Pedagógicas), as funções de educar e cuidar.

Ora, isso é, essencialmente, educação. Simultaneamente, avança-se na compreensão de que tudo o que se faz em educação é, na essência, um ato de cuidado, um olhar de zelo pelo bem-estar completo da criança, isto é, para que ela cresça sadia e seja feliz, o que implica se desenvolver física, social, emocional e intelectualmente. (NUNES, CORSINO e DIDONET, 2011, p.13)

No âmbito teórico das ciências que estudam a criança, bem como nos aportes de normas legais e políticas públicas para a primeira infância, em que a criança é vista em sua totalidade, em seus aspectos físico, social, emocional, afetivo e intelectual, são aspectos de um ser único e integral, e que são interdependentes, um não sobrevive sem o outro, no equilíbrio incorporando o que ainda não foi construído pela criança. Para Vygotsky (2001, p.333), “o bom ensino é aquele que conduz o desenvolvimento, atuando sobre aquilo que ainda não está formado na criança”.



As instituições de educação infantil atualmente são consideradas como espaços de uma educação de caráter formal, assumido o papel social de cuidar e educar. É relevante compreender o significado de esses termos na fazer cotidiano da IEI no Brasil. Iluminada por Faria & Salles (2012), o primeiro diz respeito a ideia de preservação da vida, de atenção de acolhimento e de proteção, promovendo a criança o bem estar, segurança, higiene e saúde. O segundo, tem o sentido de orientar, ensinar, aprender, possibilitando a criança ao acesso ao conhecimento, valores, atitudes, promovendo o crescimento pessoal, social, intelectual e as transformações do seu meio físico e social.

Para as autoras, a concepção de cuidar e educar adotada no novo contexto de educação infantil está apoiado no reconhecimento de que a criança torna-se cada vez mais sujeito humano de sua história, aprendendo e desenvolvendo-se no seu percurso de formação. Assim é fundamental que o professor (a) e as demais pessoas da IEI que trabalham com as crianças conheçam bem significado desses dois termos, e atuem apoiados nas duas direções. De acordo com Oliveira et al (2012) a formação do professor para educar e cuidar, requer outras área do conhecimento, e afirma:

Além do conhecimento de uma pedagogia da infância com base nas ciências humanas, a formação do professor de educação infantil requer também apropriação do campo das ciências da saúde. Por exemplo, para reconhecer e tomar decisões e adaptar o cuidado da criança à sua necessidade momentânea, a professora necessita conhecê-la, saber como ela se alimenta em casa, assim como seu histórico e situação atual de saúde (OLIVEIRA, et al, 2012, p.355).

O professor de educação infantil precisa de um olhar interdisciplinar, a luz de Morin (2003, p.107) que [...]abrange, ao mesmo tempo, a das rupturas entre as fronteiras disciplinares, [...] de circulação de conceitos, de formação de disciplinas híbridas que acabam tornando-se autônomas; enfim, é também a história da formação de complexos, onde diferentes disciplinas vão ser agregadas e aglutinadas. Assim o professor na função de cuidar e educar, para atender a crianças é necessário ter essa atitude interdisciplinar, para saber que procedimentos adotar no momento de cuidar de uma criança, por exemplo com febre, gripe etc. que são sintomas comuns de doenças na infância. Segundo Nunes, Corsino e Didonet (2011, p.13).

Na educação infantil. A prática cotidiana ainda é, em parte, inibida pelo viés das instituições de assistência social e educação, que constituem setores separados e específicos da administração pública, e pela tradição, ainda arraigada em muitos lugares, de convocar profissionais com formação diferente e atribuir-lhes funções distintas (as



relacionadas ao corpo: higiene, alimentação, sono; e as relacionadas à mente: linguagem, expressões, pensamento) dentro do mesmo espaço de atendimento à criança.

Para os autores, atual precariedade da aplicação desse conceito, no processo histórico ao longo da sua construção, com a compreensão da complementaridade e da integralidade ainda não chegou a final. Ele tende a dar mais um passo à diante, visto que cuidar e educar não será mais vistos como ações distintas que se relacionam e se complementam, mas gestos integrados de “cuidado e educação”, ou seja, estão intrinsecamente ligados: ato que cuida, educa, e o mesmo que educa, e cuida.

Os desafios de construir uma educação infantil, que integre com qualidade o cuidar e o educar os “pequenos e as pequenas”, possibilita que seus profissionais estejam articulados com os outros profissionais, entre eles psicopedagogo, psicólogo, agente social etc., com vistas ao desenvolvimento humano, integral e saudável. Dentro dessa articulação, o professor deve valorizar a brincadeira, imaginação, sonho, fantasia, experiências culturais, a música, as múltiplas linguagens, que devem ocupar lugar de destaque por cumprir papel de mediadores entre os vários sujeitos envolvidos nas ações realizadas na IEI. DCNEI (2009), no seu art. 9º asseguram que essas experiências:

[...] favorecem a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal; plástica, dramática, bem como [...] promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura (BRASIL, CNE/CEB, 2009).

O desafio no que concerne à educação infantil, está rigorosamente na compreensão das especificidades do trabalho docente em creches e pré-escolas, com repercussões nos cursos de formação inicial, especialmente a pedagogia, e nas diferentes modalidades de formação continuada. Assim as universidades de educação, ou Institutos Superiores – IES precisam rever seus currículos com componentes curriculares que contemplem às especificidades da pedagogia da primeira infância, legitimando a profissionalização do docente para desenvolver seu papel na primeira etapa da educação básica, num paradigma de pesquisa e reflexão (Nóvoa, 2001).

A realidade é que o professor pesquisador é aquele que pesquisa ou que reflete sobre a sua prática. Nesse sentido o professor atual precisa estar dentro desse paradigma, enquanto sujeitos do conhecimento, no qual Maurice Tardif (2002, p.229), trata de três consequências



práticas e política a respeito da formação dos professores, no contexto de um pesquisador sobre o ensino e organização do trabalho docente na instituição. E como primeira consequência traz “recolocar a subjetividade dos professores no centro das pesquisas e do ensino”, e afirma:

Ao sustentar que os professores são atores competentes, sujeitos do conhecimento, tais considerações permitem recolocar a questão da subjetividade ou do ator no centro das pesquisas sobre o ensino e sobre a escola, de maneira geral. De fato, esse postulado propõe que se pare de considerar os professores, por um lado, como técnicos que aplicam conhecimentos produzidos por outros (por exemplos: os pesquisadores universitários, os peritos em currículo, os funcionários do Ministério da Educação, etc.), e por outro lado, como agentes sociais cuja atividade é determinada exclusivamente por forças ou mecanismos sociológicos (por exemplo: a luta de classe, a transmissão da cultura dominante, a reprodução dos hábitos e dos campos sociais, as estruturas sociais de dominação, etc.) (TARDIF, 2002, p. 229: 230).

O professor para exercê-la seu papel, em qualquer etapa da educação, é necessário compreender que a sua prática produz conhecimentos, e que precisa ser um eterno pesquisador. No viés Freireano (1996, p.29): “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, enquanto ensino continua buscando, re-procurando. Ensino porque busco. Porque indaguei, porque indago e me indago [...]. Esses dois elementos estão acoplados, são expoentes máximos para a prática docente. Vimos que as atribuições do professor de educação infantil são imensuráveis, precisa estar sempre ressignificando sua prática, apoiado em documentos legais, e em teorias articulada com a práxis, compreendendo a relação entre cuidar e educar, colocando a criança no centro de seu próprio interesse, ensinando-as a conviver de forma crítica com o mundo globalizado, acompanhando, dentro de suas potencialidades as suas transformações, conquistas cognitivas, físicas, social e psicológica.

Este é outro saber indispensável a prática docente. O saber de desunir o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. De separar prática de teoria, autoridade de liberdade, ignorância de saber, respeito ao professor de respeito aos alunos, ensinar de aprender (FREIRE, 1996, p.95).

Os saberes dos professores para atender as exigências do mundo pós-moderno é de rupturas com as correntes cartesianas, que tinha na essência um conhecimento absoluto, acabado e acrítico. No espaço das IEI, a formação desse profissional deve ser pensada numa reflexão crítica, que implica um “pensar certo, envolve um momento dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”[...] um pensar certo que supera o ingênuo deve ser produzido pelo o



próprio aprendiz em comunhão com o próprio professor (FREIRE, 1996, p.39).

2 O Professor de Educação Infantil no contexto da Legalidade.

A pesquisa empírica foi realizada por meio de uma visita a uma instituição de Educação Infantil no semiárido Norte Riograndense. Para a coleta dos dados, investigamos a diretora sobre a formação dos professores da referida Instituição, a qual nos concedeu o quadro demonstrativo dos professores e estagiários que atuam em sala de aula. Veja abaixo.

Quadro – Demonstrativo dos Profissionais da educação e Estagiários: Número, Função e Qualificação.

Nº PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO
12	Sala de aula	Pós graduação
05	Sala de aula	Graduação
14	Sala de aula	Estudante de Pedagogia
01	Direção	Pós graduação
01	Coordenação Pedagógica	Pós graduação

Fonte: Dados da pesquisa.

O quadro revela que na instituição investigada, todos os professores estão habilitados, para atuar na educação infantil, conforme a legislação vigente. A diretora, revelou que apesar de todos serem formados, existem lacunas nas práticas pedagógicas dos professores, e que os estagiários apesar de ainda não ter concluído o curso, demonstram mais competências na sala de aula. Veja um de seus relatos na íntegra.

Os professores foram obrigados a cursarem uma graduação por exigência da Lei. Os cursos com formação em serviço, no qual os mesmos estariam à semana inteira na sala de aula, e nos finais de semana, no lugar de descansarem teriam que estudar. Esses cursos não proporcionavam tempo para as atividades acadêmicas, promovendo uma formação somente para cumprimento da legalidade.

Nessa esteira Tardif (2002, p. 243), diz que, os professores para assumirem-se realmente com sujeitos do conhecimento, é necessário “dar-lhes tempo e espaço para que possam agir como atores autônomos de suas próprias práticas e com sujeitos competentes de sua profissão. O que vemos é que existe em todo lugar [...] “hierarquias simbólicas e materiais estéreis entre professores dos diferentes níveis de ensino”(o mesmo autor, p.244).



Os professores desde a primeira etapa da educação básica a educação superior, todos deveriam ser reconhecimentos socialmente, independentemente de seu nível de atuação, como “pares iguais que podem aprender uns com os outros”, para realizar um melhor desenvolvimento profissional com competência e segurança no seu fazer pedagógico. Sobre esse aspecto Freire (1996, p.135) “Como professor... Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que” “sou o maior”. E continua:

[...] Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se a minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer.

O momento atual é exigente com relação a formação do professor, que implica reorganização da sua prática, na abertura para pesquisa, na construção de responsabilidade no aprendizado de autonomia e da eticidade em respeito ao outro, que são conteúdos indispensável na formação ética dos estudantes. “O ensino dos conteúdos implica o testemunho ético do professor”. Este sim é um ingrediente que deve estar presente na prática cotidiana, não só nas IEI, mas em todas as instituições educativas, nenhum desses termos pode ser desunidos.

O paradigma do professor que apresentamos, dentro de uma certa realidade da sua função em sala de aula, os conhecimentos os quais se apoiam dependem diretamente das condições históricas e sociais, e estão inerentes as condições concretas próprias do seu cotidiano de trabalho, adquirido em virtude de sua experiência de vida pessoal, embora muitas vezes aprendidos fora de sua prática profissional, ou seja saberes da sua cultura, que também servirão para mobilizar fins específico ao processo de ensino e aprendizagem na prática da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos das condições concretas da oferta da educação infantil na escola investigada evidenciou que grandes desafios devem ser enfrentados pelas políticas públicas para a garantia de uma formação do professor, que assegure a qualidade do ensino na educação infantil. As exigências da LDB trouxe aceleradas formações, que deixaram fortes



lacunas na prática pedagógicas dos professores, contribuindo para o processo de ensino aprendizagem nessa etapa com deficiência.

A voz da investigada apontou questões emergentes na qualificação do profissional de educação infantil, necessitando de políticas públicas que assegure uma formação de qualidade, que considere a criança como sujeito imerso no grupo social em que vive, reconhecendo as especificidades do seu habitat, no que se refere às lógicas sociais e culturais. Para isso é necessário uma política de formação continuada para os profissionais que atuam na instituição investigada, para suprir as lacunas da formação inicial.

Por meio da breve pesquisa tivemos clareza das falhas apontadas com a formação docente. Assim é imprescindível uma atenção com relação à oferta ao atendimento para as crianças pequenas, reconhecendo como sujeitos de direitos com políticas públicas eficiente para a formação do professor que atua nessa etapa, com práticas efetivas, reconhecidas como prioridades absolutas em diverso marcos legais.

Foi com essa intencionalidade, que este trabalho buscou evidenciar a necessidade de incorporar propostas pedagógicas educacionais e curriculares para a formação do professor de educação infantil, diante de toda complexidade e das peculiaridades que envolvem essa fase. É preciso processos educativos eficientes para o atendimento na primeira infância, que promova ação para formação e autoformação das identidades dos profissionais que atuam com as crianças na mais tenra idade.

Nesse sentido esperamos que a pesquisa caracterizada para a formação do professor de educação infantil, anuncie a realidade e as possibilidades encontradas pelo os estudiosos da área e pelos sujeitos investigados, seja pensada na realização que contemple as especificidades para a construção de educação infantil, numa concepção sociopolítica e pedagógica, na qual os professores possam produzir novas formas de sociabilidade e conhecimentos, que assegure uma aprendizagem e qualidade para todas crianças brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988: Brasília: Senado Federal, 1988.

_____**Lei de nº 13005. Plano Nacional de Educação, de 25 de junho de 2014.** Brasília: Senado federal, 2014.

_____**Lei de nº 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**



Brasília, DOU, 23.12. 1996.

_____. Ministério da Educação. PARECER CNE/CNE nº 20/2009 de 11 de novembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil**. Brasília: CNE/CEB. Nov.2009.

FARIA, Vitoria Líbia Barreto de; SALLES, Fátima. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. São Paulo Ática, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a Prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, J. C **Pedagogia e Pedagogos, para que?** São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. - 8a ed.-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NÓVOA, Antônio. **O Professor Pesquisador e Reflexivo**. Entrevista concedida em 13 de Setembro de 2001. Disponível em:http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/antonio_novoa.htm
Acessado em 13/01/2016.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET Vital. **Educação Infantil primeira etapa da educação básica** Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011. 102 p.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de et al. **O trabalho do Professor de Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ROSEMBERG, F. **Uma tragédia anunciada: educação pré – escolar obrigatória**. São Paulo: No prelo, 2010.

VIGOTSKI, L.A **construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.